

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

DATA E HORA: 1ª PRAÇA começa em 05/08/2025 às 16h15min, e termina em 08/08/2025 às 16h15min, pelo valor da avaliação atualizada; 2ª PRAÇA começa em 08/08/2025 às 16h16min, e termina em 28/08/2025 às 16h15min, a partir de 50% do valor da avaliação atualizada.

LOCAL: www.valeroleiloes.com.br

LEILOEIRO OFICIAL: José Valero Santos Junior, JUCESP 809

O M.M. Juíza de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, a todos quanto este edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA** em fase de cumprimento de sentença, em que contende de um lado **BRASKEM S/A (CNPJ nº 42.150.391/0001-70)** e do outro **STEPHANIE OSTRAND FREYTAG (CPF nº 387.568.168-12)**, **GUILHERME HENRIQUE NEGRÃO ANTIORIO (CPF nº 298.815.718-98)**, **JESSICA OSTRAND FREYTAG (CPF nº 387.568.218-16)**, **JENNIFER OSTRAND FREYTAG (CPF nº 410.183.828.36)**, **DANIEL OSTRAND FREYTAG (CPF nº 423.432.288-17)**, **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE (CNPJ nº 45.944.428/0001-20)**; **UNIÃO -FAZENDA NACIONAL (CNPJ nº 03.566.231/0001-55)**, nos autos do processo **1002155-62.2014.8.26.0100**, o qual foi designada a venda do bem imóvel descrito abaixo, nos termos dos arts. 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

DO BEM: **IMÓVEL - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** IMÓVEL RURAL, denominado “VAGALUME II”, situado no Bairro de Pantojo neste Município e Comarca de Mairinque, Estado de São Paulo.

DADOS DO IMÓVEL

INCRA sob o nº 950.106.916.544-5

Matrícula do imóvel: 8.159 do CRI de Mairinque/SP.

ÔNUS:

Consta na **Av.04** desta matrícula que nos autos da ação de Execução, Processo nº 0001394-97.2015.5.02.0046, em trâmite na 46ª Vara do Trabalho do Foro da Comarca de São Paulo/SP, foi penhorado 1/6 do imóvel objeto desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. Consta na **Av.08** desta matrícula que foram arrolados pela Secretária da Receita Federal do Brasil os bens de PEDRO OSTRAND. Consta na **Av. 09** desta matrícula que nos autos do Processo nº 00011898420155020073, foi determinada a indisponibilidade dos bens de PEDRO OSTRAND. Consta na **Av.10** desta matrícula a PENHORA EXEQUENDA, Consta na **Av.11** a PENHORA expedida nos autos do processo nº 00015834020125020027, em trâmite na 27ª Vara do Trabalho da Comarca de São Paulo/SP; Consta na **Av.12** a PENHORA expedida nos autos do processo nº 0001394-97.2015.5.02.0046, em trâmite na 46ª Vara do Trabalho do Foro da Comarca de São Paulo/SP. **OBS:** 1) Consta às fls. 820 que, apesar de a penhora recair somente sobre a fração ideal do bem que cabe ao executado (1/6), eventual venda judicial do bem recairá sobre sua integralidade, cabendo a quota-parte do produto da venda aos demais coproprietários, nos termos do art. 843 do CPC. Em consulta junto ao site dos órgãos competentes não foi possível localizar eventuais débitos fiscais sobre o referido bem, razão pela qual se faz necessária a intimação dos mesmos para que preste tal informação nos autos.

 Tel: 3003-0321

 contato@valeroleiloes.com.br

 www.valeroleiloes.com.br

Siga nossas Redes Sociais:



valeroleiloes

DESCRIÇÃO: IMÓVEL RURAL, denominado “VAGALUME II”, situado no Bairro de Pantojo neste Município e Comarca de Mairinque, Estado de São Paulo, com a seguinte descrição: inicia nas divisas de propriedade de Laurindo dos Santos e segue na extensão de 108,00 braças até encontrar um córrego, atravessando-o, até chegar a uma estrada particular, segue pela estrada em linha tortuosa, até novamente encontrar o córrego e com este passando por um tanque, confrontando com Justiniano Massagardi, até o ponto de partida; encerrando a área de 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos) metros quadrados ou 3,75 (três vírgula setenta e cinco) hectares, contendo 2 residências para caseiro, geminadas, com 168,54m². residência sede da Fazenda com 246,97m²; residência para visitas com 80,64m, estábulo com 50,40m², 1 churrasqueira e uma quadra de tênis. Cadastrado no INCRA sob o nº 950.106.916.544-5; módulo rural: 11,7150; número de módulos rurais 1,79, módulo fiscal: 12,0000; número de módulos fiscais: 2,0808; fração mínima de parcelamento: 2,00; e número de identificação na receita federal - NIRF n. 0.795.588-0.

INFORMAÇÕES PROCESSUAIS:

01 - Foi deferida a penhora sobre o imóvel (Fls. 820-821), em razão da dívida do executado com o exequente.

02 – Avaliado o imóvel devedor às fls.1150-1151, determinada alienação fls. 1326-1327.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$1.875.000,00 (jul/2021 – Laudo de Avaliação às fls. 1150-1151- Homologação às fls. 1136-1137)

VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 2.330.135,64 (06/2025)

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Não foi possível a consulta a débitos fiscais, motivo pelo qual se faz necessária a intimação da municipalidade para prestar tal informação nos autos.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$12 644.529,02 (em 05/2024).

01 - CONDIÇÕES DO BEM: O imóvel será vendido por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do termo de penhora e/ou registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente.

02 - CONDIÇÕES DA VENDA: Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou superior ao valor de avaliação (1ª Praça) ou aquele que der lance de valor igual ou superior a 50% (sessenta por cento) do valor da avaliação (2ª Praça). Serão admitidos lances parcelados com 25% (vinte e cinco por cento) de entrada e o saldo residual em 30 (trinta) parcelas sucessivas e corrigidas pelo Índice deste E. Tribunal, ocasião em que será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, e caução idônea, quando se tratar de móveis. Será considerado vencedor o licitante que ofertar o maior lance, independentemente de ser à vista ou parcelado. Havendo mais de um lance com pagamento parcelado, em iguais condições, será declarado vencedor aquele formulado em primeiro lugar ou aquele com o menor número de parcelas (arts. 891 e 895, §§1º ao 8º do CPC).

03 - PAGAMENTO: O arrematante deverá efetuar o pagamento da arrematação por meio de guia de depósito judicial em favor do Juízo, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Após o encerramento da praça, o arrematante receberá e-mail com instruções para o pagamento (Art. 884, IV do CPC).

 Tel: 3003-0321

 contato@valeroleiloes.com.br

 www.valeroleiloes.com.br

Siga nossas Redes Sociais:



valeroleiloes

04 - COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante, ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme os itens de CONDIÇÕES DA VENDA e PAGAMENTO, e deverá ser paga mediante transferência bancária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial, José Valero Santos Junior (CPF: 155.116.308-02), a ser indicada ao interessado após a arrematação (art. 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e art. 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

05 - PREFERÊNCIA: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e co proprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC). Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem, nos termos do art. 843, do CPC.

06 - ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 - DÉBITOS: Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos (até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega), inclusive dívidas *propter rem*. Eventuais restrições e/ou limitações ao uso do bem arrematado (usufruto, ambiental e afins) permanecem mesmo após o leilão. Em relação aos débitos tributários (IPTU, ITR, IPVA e afins), será aplicada a norma prevista no art. 130, do CTN. Em relação aos débitos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital.

08 - CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL: Nos termos do art. 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ, em caso de cancelamento ou suspensão do praxeamento após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo leiloeiro, que serão pagas pela parte requerida ou aquela que der causa ao cancelamento.

09 - LEILOEIRO: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial JOSÉ VALERO SANTOS JUNIOR - JUCESP nº 809.

10 - OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. Na hipótese de arrematação de veículo, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos anteriores ao leilão, bem como

 Tel: 3003-0321

 contato@valeroleiloes.com.br

 www.valeroleiloes.com.br

Siga nossas Redes Sociais:



valeroleiloes

o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmites legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos.

11 - LANCES: Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais dos leilões, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances.

12 - DESOCUPAÇÃO E ENTREGA: A desocupação do imóvel ou entrega do bem será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente, após o recolhimento das custas pelo arrematante, consoante o art. 903, §3º, do CPC.

13 - ALIENAÇÃO DIRETA: Caso negativas as hastas designadas, autorizo desde logo a alienação direta pelo leiloeiro (art. 880, do CPC) durante o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do encerramento do 2º leilão, pelo preço não considerado vil, conforme art. 891, do CPC.

14 - INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas através dos canais oficiais do Leiloeiro Oficial: site www.valeroleiloes.com.br, e-mail juridico@valeroleiloes.com.br e telefones 3003-0321 (discagem direta) e (16)99603-5264.

15 - PUBLICAÇÃO DO EDITAL - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio www.valeroleiloes.com.br, bem como no PUBLICJUD, em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apreçoado.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação da hasta designada, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

São Paulo/SP, 26 de junho de 2025.

Dra. Luciana Biagio Laquimia

M.M. Juíza de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo